

É com imensa satisfação que a Revista Brasileira de Psicologia lança esse número especial, que compila as contribuições dos psicólogos e pesquisadores participantes do II Encontro Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadores sobre Relações Raciais e Subjetividade (PSINEP) realizado na cidade do Recife, em 2014. O número reflete, em boa medida, as preocupações de uma parcela ponderável da categoria em relação aos temas do racismo, do preconceito, da discriminação, vistos até então como tópicos tabus e relativamente distantes do cotidiano dos profissionais e dos acadêmicos da área da psicologia.

O número representa, por assim dizer, um retrato, um instantâneo, das preocupações atuais com o tema e reflete, como não poderia deixar de ser, os grandes debates que se fazem presentes atualmente no nosso país sobre as relações raciais e as questões a elas relacionadas, a exemplo das políticas de reparação, das violências física e simbólica a que está submetida uma enorme parcela da população, ao silêncio tácito que recobre o tema e o forte impulso no sentido de construir um modelo de sociedade que não reflete e não assegura a mesma importância às contribuições de todos os grupos étnicos/raciais que moldaram a sociedade brasileira.

Ele oferece, por um lado, um claro indicador das abordagens teóricas, dos autores mais representativos e dos conceitos mais populares entre os estudiosos, ao tempo em que indica as distintas perspectivas metodológicas acolhidas pelos estudiosos para fazer frente aos problemas desse campo de pesquisas e intervenção. Além disso, os artigos trazem reflexões significativas sobre as relações entre a ciência e a sociedade, ao discutir temas como a neutralidade científica ou o uso de argumentos científicos como artifício para oferecer legitimidade e justificar arranjos de mundo injustos.

No que concerne aos modelos teóricos, a distinção entre as perspectivas intransitiva e transitiva de ciência pode ajudar a compreender e situar os trabalhos no que concerne os desenvolvimentos contemporâneos da psicologia, em particular da psicologia social. Conforme assinala o filósofo Ray Bhashar, é imprescindível diferenciar uma dimensão intransitiva do conhecimento científico, no qual o objetivo fundamental é identificar estruturas invariantes do mundo real, ou seja, uma série de mecanismos, situados nos níveis físico, químico, biológico e psicológico, inacessíveis a qualquer impressão sensorial direta e não traduzíveis diretamente pela linguagem, em contraposição a uma perspectiva na qual se procura identificar de que forma os contextos social, econômico e cultural determinam a forma pela qual o conhecimento científico se desenvolve, é acolhido e se populariza no âmbito de um determinada sociedade.

Os reflexos dessa diferenciação podem ser sentidos em vários domínios do conhecimento e, como não poderia deixar de ser, também se manifestam no estudo e na pesquisa de temas como os estereótipos, os preconceitos e o racismo. A dimensão intransitiva se preocupa em identificar e estimar os efeitos de uma série de mecanismos, sejam eles biológicos, psicológicos ou sociais, e assinalar como eles impactam e determinam a expressão de condutas, atitudes, crenças e práticas que respaldam a discriminação e o racismo. Os efeitos desses mecanismos independem do local de expressão, da época e da cultura, possuindo supostamente um caráter de universalidade. Podemos supor, por exemplo, que em toda cultura ou sociedade, assim como em qualquer época, as pessoas estabeleçam a diferenciação entre os membros do endogrupo e do exogrupo e, mais do que isso, expressem a tendência a favorecer aos indivíduos que pertencem ao próprio grupo e, de forma concomitante, a desvalorizar, desqualificar e prejudicar aqueles que pertencem a outros grupos. Além desse mecanismo, vários outros constructos, a exemplo da ameaça dos estereótipos ou do princípio do meta-contraste, podem ser caracterizados como intransitivos, pois se sustentam e oferecem respaldo ao entendimento de que a experiência empírica ordinária resulta do efeito de mecanismos que se manifestam no plano do real e que só podem ser identificados mediante estratégias analíticas que permitam identificar as relações

possíveis entre o real a experiência empírica ordinária.

Uma outra dimensão, a transitiva, refere-se uma perspectiva epistemológica externalista. Ao contrário do domínio intransitivo, que se preocupa estritamente em identificar as conexões lógicas entre os elementos constituintes de uma teoria e a maneira pela qual as hipóteses podem ser submetidos a provas empíricas e cientificamente justificadas, por se tratar de uma perspectiva externalista, o foco de atenção dos estudos regidos pela lógica da transitividade privilegia de forma acentuada as relações entre ciência e sociedade. No caso específico das questões relacionadas com a discriminação e o racismo, a abordagem transitiva enfatiza, por exemplo, estudos que coloquem em evidência a maneira pela qual o conhecimento científico é apropriado e utilizado para oferecer respaldo às hierarquizações sociais ou contemplam pesquisas que indicam como no âmbito de uma determinada sociedade algumas práticas são construídas com o objetivo específico de fortalecer a dominação de um grupo sobre os outros. A ênfase dos estudos regidos pela orientação transitivista é sobretudo emancipatória, o que significa dizer que o critério de justificação e validação do conhecimento é menos empírico, voltando-se muito mais para o oferecimento de meios para que as camadas não privilegiadas da sociedade reconheçam o papel exercido pelos aparelhos ideológicos e se libertem da falsa consciência a que se encontram sujeitas.

À luz dessa diferenciação entre as abordagens transitiva e intransitiva podemos apresentar os estudos que compõem o dossiê. À primeira vista, nota-se claramente um forte predomínio de uma abordagem transitivista nos artigos que compõem esse número especial. Todos os artigos, nos três eixos temáticos, Formação do Psicólogo, Sofrimento Psíquico e Racismo Institucional, são eivados pelo genuíno objetivo de tornar as práticas e as atuações de pesquisadores e profissionais orientadas para o combate ao preconceito, à discriminação e ao racismo. Os meios e os caminhos adotados em cada artigo, obviamente são diferentes, mas insistimos, estão todos subordinados a esse interesse comum.

A conferência de K. Munanga acentua as particularidades do racismo à brasileira e indica que esse é muito menos cordial do que imagináramos ser e muito mais insidioso do que estamos dispostos a admitir. Para combater esse racismo o autor acentua a necessidade de fomentar três grandes estratégias de intervenção: a) a mudança nas leis, de forma que os atos discriminatórios e os racismos sejam mais facilmente puníveis; b) a implementação de políticas públicas destinadas a reparar as injustiças e reduzir as desigualdades e c) a intervenção nas práticas educacionais, aproveitando-se do poder que essa possui em desconstruir monstros e criar as condições para que sob os escombros do racismo seja edificada uma nova sociedade.

O artigo de Santos, Gomes, Muñoz e Correio acena, com base na análise nos textos das resoluções, leis e dispositivos constitucionais de combate ao racismo no Brasil, como esses marcos regulatórios podem orientar os psicólogos no sentido de implementar práticas que contribuam para reduzir o sofrimento psíquico das vítimas do racismo. Os autores, mediante a análise empírica do texto de vários marcos regulatórios, salientam que esses, no entanto, se encontram sujeitos a um olhar mais direcionado a inibir o preconceito e a discriminação do que propriamente a promover a igualdade racial.

O artigo de França, Rocha e Castelar relata a trajetória do Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais, desde a sua constituição em 2007 até os dias atuais. A abordagem transitivista se exprime claramente quando aos autores assinalam o papel do grupo na elaboração de ações de enfrentamento e na preocupação em criar um espaço de formação no qual os estudantes e participantes do grupo possam ampliar o nível e consciência e se implicar politicamente sobre as questões raciais na atuação do psicólogo.

O artigo de Mata e Santos relata o trabalho desenvolvido pelos profissionais do Centro de Referência de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa Nelson Mandela, na cidade do Salvador, Bahia. A criação e o funcionamento do órgão, bem como as suas contribuições

no combate ao racismo é analisado e considerado à luz da Resolução CFP 018/2002, que oferece as diretrizes de atuação dos psicólogos frente ao racismo.

Silva, Suruagy e Moura discutem, a partir da teoria das representações sociais, a negritude, como essa é negada em função dos aspectos negativos pelo qual os negros são retratados na mídia e o sofrimento psíquico decorrente dessa negação. Numa perspectiva transitiva, discute-se de forma pomenorizada as consequências da negação das raízes negras e como isso afeta as populações mais vulneráveis, usando como exemplo os habitantes do quilombo urbano Amaro Branco, em Olinda, Pernambuco.

O texto de Rocha e Santos é dedicado à discussão das relações entre a Psicologia, a Promoção de Saúde e os Direitos Humanos. Trata-se do relato de três experiências de extensão universitária e ação comunitária. A principal preocupação dessas ações, inteiramente compatível com a perspectiva transativista, é o empoderamento dos povos e das comunidades tradicionais.

Miranda e Silva discutem as repercussões do racismo na identidade das mulheres negras. Partindo do princípio de que se trata da categoria que possui os indicadores sociais e econômicos mais precários, o artigo analisa a trajetória de vida de cinco mulheres militantes do Movimento das Mulheres Negras e os relatos das estratégias por elas desenvolvidas para enfrentar o preconceito e a discriminação, ao tempo em que construíam as suas identidades como mulheres e negras.

Santana, adotando como ponto de partida as questões suscitadas pela dupla vinculação entre o gênero e a cor da pele, analisa o conteúdo dos discursos de psicólogas negras e discute a formação da identidade, acentuando como o ideal de branqueamento está associado a fenômenos como o sofrimento psíquico, a humilhação e a estigmatização.

Silva inicia o seu artigo discutindo a produção de conhecimento, acentuando a necessidade dos pesquisadores negros em conceberem novas modalidades de conhecimento, novas maneiras de conceber a subjetividade, exporem o silenciamento ao qual a população negra se encontra sujeita e denunciarem a omissão de uma ampla parcela da população em relação ao sofrimento e as condições de exploração e violência a qual se encontram sujeitas as camadas menos privilegiadas da sociedade. O autor acentua, ademais, como o racismo institucionalizado explica o fracasso das instituições e organizações que tem por missão prover serviços de qualidade para a população das comunidades tradicionais.

Moreira, Viana e Júnior, relatam a partir do ponto de vista de uma estagiária e de um candidato, uma experiência de uma suposta discriminação racial e indicam como a dominação e a exclusão contribuem para fomentar sentimentos de menos valia e intensificar o sofrimento psicológico.

Da Hora, Meirelles, Santana e Bichara relatam um estudo empírico no qual analisam as vicissitudes da publicidade televisiva e indicam que a representatividade da população negra nas peças publicitárias está longe de corresponder à composição populacional brasileira.

Em conjunto, estes estudos acenam para uma clara preponderância, senão uma quase exclusividade, da abordagem transativista em detrimento de uma perspectiva intransitiva. Isso pode ser interpretado, por um lado, como uma consequência da urgência em enfrentar o preconceito e a forma característica do racismo se institucionalizou na nossa sociedade. Isso pode indicar que os pesquisadores se preocupam em desenvolver uma psicologia autenticamente brasileira, ao tempo em que assinala o abandono de modelos teóricos importados, especialmente os criados em outros contextos, particularmente o norte-americano e o europeu.

Os esforços no sentido de desenvolver essa psicologia autenticamente brasileira, latino-americana ou terceiro-mundista, no entanto, não deve ocorrer às expensas do isolamento, nem pode se fechar ao vertiginoso desenvolvimento de novas técnicas de investigação que

tem caracterizada a pesquisa em psicologia desenvolvida nos Estados Unidos da América e na Europa nas últimas décadas. Técnicas de prospecção, como o data mining e a learning machine, assim como de análise de dados, em particular as que envolve estratégias de articulação entre variáveis antecedentes, consequentes, mediadores e moderadores, bem como a modelagem mediante equações estruturais e a construção de modelos hierárquicos e multiníveis estão em constante desenvolvimento e não devem ser negligenciados pelos pesquisadores e nem desprezadas pelos profissionais da área.

Se a virtude está no meio, numa postura de equilíbrio entre as diversas perspectivas e abordagens, acreditamos que psicólogos e pesquisadores podem se beneficiar do domínio de conceitos e de técnicas de investigação importados de outros contextos desde que esses sejam apropriados e deem conta das especificidades das questões aqui tratadas, ao tempo em que continuem a se beneficiar das contribuições das teorias tão bem retratadas nesse número especial que ora apresentamos.

Marco Emanuel Pereira
Editor